

A Cobertura da violência contra as mulheres nos jornais de Cabo Verde

Isis Cleide da Cunha Fernandes
Virginia Pradelina da Silveira Fonseca

RESUMO

Apresenta alguns dos principais resultados de pesquisa realizada em 2011 com o objetivo de analisar a representação da violência contra as mulheres nos principais jornais de Cabo Verde na primeira década do século XXI. Primeiramente contextualiza-se a violência de gênero naquele país e, a seguir, apresentam-se alguns dos dados obtidos através da análise de conteúdo dos jornais *A Semana*, *Expresso das Ilhas* e *A Nação*, os três periódicos de circulação nacional considerados neste estudo. Por fim, e com base nos resultados obtidos, avalia-se a cobertura dispensada pela mídia impressa cabo-verdiana a esse grave problema social.

PALAVRAS-CHAVE: Violência de gênero. Violência contra mulher. Jornalismo.

1 Introdução

Neste artigo, apresentam-se alguns dos principais resultados de pesquisa realizada em 2011 com a finalidade de analisar a representação da violência contra as mulheres nos principais jornais de Cabo Verde na primeira década do século XXI. Para isso, primeiramente contextualiza-se a violência de gênero¹ naquele país e, a seguir, apresentam-se alguns dos dados obtidos através de análise de conteúdo de *A Semana*, *Expresso das Ilhas* e *A Nação*, os três periódicos de circulação nacional considerados na pesquisa. Por fim, com base nesses dados, avalia-se a cobertura dispensada pela mídia impressa cabo-verdiana a esse grave problema social.

2 A Violência de gênero em Cabo Verde

A população total de Cabo Verde, arquipélago situado no Oceano Atlântico, a 450 Km da Costa Oeste Africana, é de 491.575.000 habitantes. A diferença entre as populações masculina e feminina não é muito elevada: 243.315.000 homens (49,5%) e 248.260.000 mulheres (50,5%). Mais da metade dessa população reside no meio urbano (62%), ante 38% que vivem no meio rural. O percentual de homens residentes em centros urbanos é de 61,8%, ante 38,5% no meio rural. A população cabo-verdiana é jovem, com idade média de 26,8 anos, sendo que 50% têm menos de 22 anos (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2010)².

A violência de gênero contra as mulheres em Cabo Verde não é um problema recente. Trata-se de uma prática que remete à própria história do país, e que acompanha o processo de afirmação das mulheres na sociedade, do período colonial à atualidade, embora, naquele momento, as mulheres fossem muito mais discriminadas, social e legalmente - fato destacado por Salústio (1999) ao explicar que, no período colonial, a discriminação era mais evidente em relação às mulheres solteiras e às crianças nascidas fora do casamento, o que provocava aumento da violência psicológica, social e doméstica contra a mulher e os filhos. À época, apenas 16% da população era formalmente casada e cerca de 80% das crianças nasciam fora do casamento, o que significava uma sociedade altamente discriminatória e, por conseguinte, marcada pela violência.

Embora a mulher tenha começado a ganhar algum reconhecimento no âmbito social e legal a partir da independência, em 1975, a questão da violência de gênero como temática de interesse coletivo só foi trazida a público em 1999, com a publicação do estudo *Violência Contra as Mulheres* (ROSABAL, 2010)³, do então Instituto da Condição Feminina. A pesquisa alertou para a violência nas relações conjugais, bem como para a omissão das

¹ Por necessidade de delimitação, não se faz aqui a discussão do conceito de gênero, questão considerada, no entanto, na dissertação 'Representação da violência de gênero contra a mulher nos jornais de Cabo Verde'. Para os objetivos deste texto, considera-se suficiente informar que o termo é utilizado no sentido proposto por Scott (1995), isto é, como categoria analítica que designa as relações sociais entre os sexos, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. O uso do termo gênero coloca ênfase sobre o sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade. Sem desconsiderar as discussões e as implicações do uso do termo no âmbito dos estudos feministas, este artigo, para marcar uma posição política crítica relativa ao contexto cabo-verdiano, toma o termo como sinônimo de mulher, seguindo assim a tradição política e acadêmica própria daquele país.

² Documento eletrônico.

³ Esse estudo utiliza o conceito das Nações Unidas (1994) e dá a palavra a mulheres vítimas de violência de gênero. Trazia o testemunho de mulheres que cumpriam pena de prisão por homicídio do conjugue. Em comum, havia o fato de terem praticado o homicídio depois de serem submetidas, durante muitos anos, à violência física e psicológica continuada por parte dos seus companheiros (ROSABAL, 2010).

políticas públicas e para a falta de informações sobre o assunto.

A situação é avaliada atualmente como de “[...] dimensão quantitativa expressiva, com custos pessoais, familiares e sociais enormes [...]”, conforme o Plano Nacional de Ação de Combate à Violência Baseada no Gênero (PNACVBG), com base em dados de 2006 a 2011, que também destaca o fato de que “[...] a real dimensão do fenômeno e suas consequências pessoais, familiares e sociais, [...], não é conhecida porque é pouco estudada, e pela ausência de dados sistemáticos e sistematizados sobre a sua ocorrência.” (CABO VERDE, 2006, p.6)⁴.

Com as devidas ressalvas, os dados existentes não só apontam para uma incidência significativa do problema da violência contra as mulheres, como demonstram que estas também se tornam agressoras quando procuram libertar-se da dominação que lhes causa sofrimento. Essa situação as coloca ante uma dupla violência, descrita pelo PNACVBG da seguinte forma:

Pode-se aperceber da real dimensão social do problema, quando estes dados são colocados no seu contexto social em que a denúncia de violência com base no gênero é quase um tabu, ficando pelo mundo do não dito e, por conseguinte, do não existente. Mesmo assim, no contexto cabo-verdiano, dados estatísticos e informações também mostram que, quando a mulher se torna agressora, a acutilância da violência é de longe superior e não raras vezes, fatal. Aqui reside a diferença fundamental entre a violência praticada por ambos os sexos. Enquanto os homens utilizam a violência, em regra, de forma continuada, de modo a fazer valer a sua autoridade e exercer o poder, a mulher apenas utiliza a violência como tentativa final e desesperadora de pôr fim a uma situação duradoura de sofrimento (CABO VERDE, 2006, p.15)⁵.

Esse cenário é descrito também no segundo Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva (IDSR-II) realizado no país em 2005, onde consta o registro do comportamento violento de mulheres contra seus companheiros, mas em percentagem muito menor, apenas 5% (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2008, p. 211). Assim, vê-se que as mulheres são as mais atingidas pela violência de gênero em Cabo Verde, sendo que o problema ocorre majoritariamente no espaço doméstico, o que revela o seu caráter eminentemente privado. Uma das razões para isso é “[...] a desigual repartição do poder na família e na sociedade, fundamentalmente no nível de decisão entre homens e mulheres, que explica, em parte, os contornos da VBG⁶” (CABO VERDE, 2006, p.14)⁷.

A violência contra as mulheres em Cabo Verde encontra legitimidade na ordem cultural que a aceita e tolera. O próprio PNACVBG diz que a situação de pobreza e vulnerabilidade em que se encontra parcela significativa da população feminina propicia as condições de perpetuação do poder do marido/companheiro e da própria situação de violência no espaço doméstico. Essa violência se dá, por vezes, na presença dos filhos, expondo-os ao trauma psicológico. Nesses momentos, esses filhos também

■
⁴ Documento eletrônico.

■
⁵ Documento eletrônico.

■
⁶ Violência Baseada no Gênero, terminologia usada em Cabo Verde.

■
⁷ Documento eletrônico.

vão aprendendo a reproduzir o mesmo comportamento frente às mulheres.

As autoridades do país aconselham, no entanto, alguma cautela⁸ na análise estatística da violência contra as mulheres em Cabo Verde. Por isso, levando-se em consideração essa observação, tomou-se como referência um dos primeiros documentos a permitir o conhecimento da dimensão quantitativa do problema: o segundo Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva (IDSR-II)⁹, realizado pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE) e pelo Ministério da Saúde, de julho a novembro de 2005, com vistas a se conhecer os índices sobre fecundidade, mortalidade de crianças menores de cinco anos, planejamento familiar, saúde materna e infantil, Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), VIH/SIDA¹⁰ e a violência doméstica. Tomou-se também como referência os dados relativos aos atendimentos feitos às mulheres vítimas de violência de gênero em algumas das estruturas da Rede Inter Institucional de Apoio às Vítimas da Violência Baseada no Gênero – REDE SOL¹¹, e resultados de um Estudo sobre Violência Doméstica contra Universitárias em Cabo Verde¹², divulgado em 2011.

Os dados da Rede SOL informam que, em 2010, 2138 mulheres foram vítimas de violência de gênero em Cabo Verde. Em 2009, foram 1299 casos. Entretanto, as autoridades ligadas à instituição estimam que os números sejam superiores, em função da falta de sistematização dos dados e, também, pelo fato de que índices referem-se somente aos casos atendidos diretamente nos serviços da rede, que tem sedes em funcionamento pleno em algumas ilhas do país (Santiago – Praia e Assomada, S. Vicente, Sal, Santo Antão e Fogo) somente desde o ano de 2008, com exceção da ilha de Santo Antão, em que o funcionamento começou em 2010¹³.

Já as estatísticas do IDSR-II, apesar de serem de 2005, permitem que se tenha uma ideia das múltiplas dimensões do problema. Conforme o documento, desde os 15 anos de idade, mais de uma cabo-verdiana em cada cinco foi violentada fisicamente, o que corresponde a 21% das mulheres violentadas pelo marido/companheiro ou outra pessoa. Quanto à violência conjugal, os resultados indicam que 16% das mulheres sofreram atos de violência física; 14%, violência emocional; e 4% foram submetidas à violência sexual. Cerca de uma mulher em cada cinco foi vítima de uma dessas formas de violência. Os grupos etários dos 20 aos 29 anos (25%) e dos 30 a 39 anos (27%) são os mais atingidos. Já as mulheres com idade situada entre 40 e 49 anos são as menos atingidas pela violência. A incidência maior é em zonas urbanas, em que 24% das mulheres confirmaram terem sido vítimas, contra 19% em meios rurais (INSTITUTO

⁸ Em função da falta de tradição na organização de informações; pela inexistência de um sistema centralizado de informações estatísticas, que pode conduzir a sobreposições; pela possibilidade legal e processual de apresentação de queixas em instituições diversas; pela baixa percentagem de denúncias e de queixas e de uma elevada percentagem de desistências e de retirada dessas queixas, que, por esta razão, não constam das estatísticas oficiais (CABO VERDE, 2006).

⁹ Esse inquérito tem sido a principal referência para conhecimento da dimensão quantitativa da violência contra as mulheres em Cabo Verde, e “[...] permitiu trazer a público informações [...] fiáveis [...]” (ROSABAL, 2010, s/p). Deve-se considerar, entretanto, que os números podem ser maiores.

¹⁰ No Brasil, AIDS.

¹¹ Conjunto de instituições cuja missão é apoiar as vítimas. Criada em 2004, vem sendo coordenada pelo Instituto Caboverdiano da Equidade e Igualdade de Gênero (ICIEG), com a parceria de várias outras instituições que dão atendimento policial, psicológico, jurídico, médico, social e econômico.

¹² Pesquisa realizada por João Silvestre Alvarenga com 410 universitárias de seis instituições de ensino superior da ilha de Santiago, com idades entre 21 e 24 anos de idade.

¹³ O país é formado por 10 ilhas localizadas no Oceano Atlântico, 640 Km, a oeste de Dakar (Senegal).

NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2008).

A violência atinge mulheres de todos os níveis de instrução, sendo as mais escolarizadas as que registram a maior incidência. Conforme o documento, as mulheres sem instrução referiram menos casos (14%) em relação as que têm um nível educacional mais elevado, sendo que 22% dessas mulheres têm o nível básico e 19%, o nível secundário. Entretanto, o documento também ressalta que a violência entre cônjuges é menos frequente nas mulheres de nível de instrução superior ao do marido, para qualquer tipo de violência (9%). O problema tem maior ocorrência quando o companheiro tem um nível de instrução mais elevado (10% para a violência emocional e 13% para a física ou sexual) e é mais expressiva quando possuem nível equivalente de instrução (14% no caso da violência emocional e 16% no caso da violência física ou sexual) (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2008, p.19-20).

Relativamente à instrução, os dados quantitativos do IDSR-II revelam que a incidência da violência de gênero contra a mulher é inversamente proporcional ao seu nível de instrução, uma vez que as mulheres com menos escolarização seriam as que menos sofreriam atos de violência. Ocorre que, segundo o estudo em apreço, as mulheres menos instruídas tendem a naturalizar os comportamentos violentos, não registrando a queixa, enquanto as mais instruídas rebelam-se. Assim:

[...] esse dado pode ser interpretado erroneamente como um indicador de que a vulnerabilidade social, associada à menor instrução, não está relacionada à prática da violência, porém subjacente a ele encontra-se a “invisibilização” dos eventos violentos pelas próprias mulheres, que naturalizam, banalizam e relativizam as violências que sofrem e, o que é pior, não as percebem como tal (INSTITUTO CABOVERDIANO DE IGUALDADE E EQUIDADE DO GÊNERO, 2008).

Outra leitura possível é de que as mulheres menos instruídas, além de naturalizarem a violência, por menor consciência dos seus direitos, também são mais dependentes financeiramente dos seus parceiros, o que as torna mais resignadas e submissas. Já as mulheres instruídas, mais informadas dos seus direitos e menos economicamente dependentes dos companheiros, têm mais condições de resistir. Apesar de o IDSR-II afirmar que “[...] aparentemente, nem o meio de residência, nem o nível de instrução da mulher tem uma influência significativa sobre a procura de ajuda [...]”. O próprio documento aponta que “[...] a procura de ajuda é fortemente dependente do poder econômico da mulher. Ter um trabalho remunerado revela-se fator importante na procura de ajuda: cerca de 40% das vítimas que trabalham procurou ajuda, enquanto entre as que não trabalham esta proporção é de 31%.” (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2008, p.207).

Para as autoridades que tratam do assunto no País, esses dados devem ser relacionados às representações sociais quanto à legitimidade de o marido ou companheiro exercer autoridade sobre a mulher achando-se no direito de recorrer à violência para “reprender” a mulher ou companheira. Os pesquisadores do IDSR-II chegaram a resultados estatísticos que indicam que 17% das mulheres e 16% dos homens concordam com pelo menos uma razão para a utilização da violência. A mais apontada como justificativa para o “castigo” é o fato de a mulher não cuidar adequadamente das crianças (12%), sendo que no meio rural essa razão é mais aceita que no meio urbano.

Diante desses dados, tem-se a confirmação daquilo que autores como Salústio (1999) e Osório (1999) realçam: o fato de a violência de gênero estar instituída e/ou ser legitimada na ordem cultural da sociedade cabo-verdiana, o que leva as pessoas, particularmente as mulheres, a aceitarem certas práticas como normais. O comportamento violento dos homens é revelador da existência de uma discriminação das mulheres associada à função social que lhes é atribuída - do âmbito doméstico apenas e ligada à tarefa de cuidar do lar e dos filhos. Por outro lado, os dados que revelam a incidência da violência contra as mulheres em meios urbanos, explica-se pelo fato de o controle social nos meios rurais ser maior. Nestes, onde prevalece maior constrangimento em relação à exposição pública de situações privadas e de foro doméstico, muitas situações de violência são silenciadas, tornadas invisíveis.

Relativamente ao Estudo sobre a Violência Doméstica contra Universitárias, de 2011, os resultados mostram que “[...] das inquiridas, 39,9% acusaram ter sofrido algum tipo de violência doméstica a partir dos 16 anos de idade.” (ALVARENGA, 2011).

O estudo realça que:

[...] as universitárias também sofrem violência doméstica e que o seu índice é até superior ao encontrado por um estudo anterior (entenda-se o estudo do IDSR-II- grifo da autora), que cobriu o total da população, embora utilizando de metodologias diversas. Constatou-se mudanças de comportamentos ditados pela introdução de novos valores na sua interação com os contextos sociais. Apesar do índice elevado de quase 40% de incidência da violência sofrida pelas universitárias, elas são maioritariamente optimistas em relação à redução desse número no futuro (ALVARENGA, 2011).

Outra leitura do documento refere-se ao contexto da violência contra as entrevistadas:

Os estudos levados a cabo a partir da perspectiva das teorias da aprendizagem que enfatizam os ensinamentos adquiridos no processo de socialização como importantes preditores do comportamento, nesse caso, lares onde ocorrem violência e bairros onde mulheres são violentadas, as mulheres oriundas desses meios são mais propensas a virem a sofrer violência do que aquelas que vivem afastadas desses ambientes (ALVARENGA, 2011).

Na amostra em apreço, 39,6% das universitárias que vivem em contexto de violência no seu bairro têm mais chances de virem a sofrer violência comparativamente às suas colegas que não conhecem nenhuma vizinha que tenha sofrido violência. Essa situação tornar-se ainda mais grave para aquelas cujas mães são, ou já foram, vítimas. Nesses casos, as chances de sofrerem algum tipo de violência são 2,2% maiores do que aquelas cujas mães não foram agredidas.

As causas apontadas pelo estudo seriam uso de álcool, machismo, dificuldades econômicas e o não funcionamento das leis. Já a vergonha, o medo, a lesão corporal e a falta ao trabalho/ou às aulas foram destacadas como as consequências principais das situações de agressão (ALVARENGA, 2011).

Em relação à autoria, os principais perpetradores da violência contra mulheres universitárias são companheiros, namorados e maridos. Na segunda posição aparecem os pais; na terceira, outros (mães, filhos e outros parentes); e na quarta, os irmãos.

Fazendo-se uma breve apreciação dos dados destacados pelo IDSR-II, pela Rede SOL e pelo estudo sobre “A Violência Doméstica contra Universitárias em Cabo Verde”, pode-se afirmar que a violência contra as mulheres naquele país atinge todas as mulheres, de todas as idades, todos os extratos sociais, de todos os níveis de instrução, do meio rural e do urbano. E que elas são vítimas, principalmente no espaço em que deveriam se sentir mais seguras- o espaço doméstico.

3 A Cobertura do tema pelos jornais

A pesquisa circunscreveu-se aos dez primeiros anos do século XXI porque foi a partir desse período que começou a ser observada uma elevação no número de relatos de situações de violência contra as mulheres na imprensa de Cabo Verde. Por isso, o *corpus* da pesquisa foi constituído por todos os textos do gênero informativo¹⁴ publicados nos três jornais de circulação nacional entre 2000 e 2010, o que totalizou 134 unidades de texto. A escolha desse período também permite analisar uma década de jornalismo num momento em que o contexto afigura-se como profícuo em termos de (re)definição de políticas sobre gênero no País.

Além das edições de dez anos dos jornais citados, informações e dados necessários ao desenvolvimento mais amplo da pesquisa foram recolhidos através de entrevistas e em bibliotecas, nomeadamente em livros, periódicos (jornais, revistas, anuários), documentos e planos estratégicos do governo de Cabo Verde, teses e dissertações, e também em sites na internet.

A Análise de Conteúdo dos jornais *A Nação*, *Expresso das Ilhas* e *A Semana*¹⁵ foi organizada nos termos propostos por

¹⁴ Conforme Melo (1994).

¹⁵ O critério de seleção desses jornais foi sua abrangência, pois são os únicos que têm circulação nacional.

¹⁶ A autora sugere que se organize a AC em cinco etapas: organização da análise, codificação, categorização e inferência. Nesta pesquisa, procurou-se seguir todos os procedimentos recomendados para esse tipo metodologia, conforme descrição constante em capítulo específico na dissertação *Representação da violência de gênero contra a mulher nos jornais de Cabo Verde: uma análise de conteúdo de A Semana, A Nação e Expresso das Ilhas* (PPGCOM/UFRGS).

Bardin (2006)¹⁶. Esse tipo de pesquisa, de caráter exploratório aqui, justifica-se pela inexistência de estudos semelhantes, seja em Cabo Verde, seja no Brasil.

Desse total de matérias relacionadas à questão, 89 (66,4%) foram publicadas no jornal *A semana*, 36 (26,9%) no *Expresso das Ilhas* e apenas 9 (6,7%) no jornal *A Nação*.

A editoria ou seção em que uma matéria aparece publicada no jornal, assim como a sua localização na superfície impressa, são indicativas da importância atribuída ao tema ou ao assunto tratado. Isto quer dizer que, do destaque dado a uma matéria, pode-se saber se é facilmente acessível para o leitor, pois a leitura do jornal é orientada também pelas suas seções. Partindo deste pressuposto, verificou-se que nos três jornais analisados, apenas cinco matérias sobre violência contra as mulheres tiveram chamada de capa ao longo do período 2000–2010, um número notoriamente insignificante levando-se em conta o total de matérias publicadas nos três veículos impressos. Consta-se ainda que um número reduzido de textos sobre o tema foi publicado em outras seções de maior destaque, como “Especial Reportagem” e “Especial Suplemento”, onde apareceram 4 (3,0%) e 3 (2,2%) do total, respectivamente.

Relativamente à distribuição por outras seções dos jornais, verificou-se que 86 (64,2%) notícias sobre violência de gênero contra as mulheres foram publicadas na editoria “Social”, sendo que 74 (55,2%) foram veiculadas pelo jornal *A Semana* e 12 (9,0%) pelo *Expresso das Ilhas*. O periódico *A Nação* não publicou nenhuma matéria na seção “Social” sobre o assunto. Na seção “Atualidade”, foram publicadas 9 (6,7%) matérias, sendo 3 (2,2%) no *A Semana* e 6 (4,5%) no *Expresso da Ilhas*. Na seção “Nacional” foram publicadas oito (6,0%) matérias, todas no *Expresso das Ilhas*. As restantes aparecem distribuídas pelas várias seções dos jornais.

Uma leitura das frequências encontradas permite concluir que, apesar das estatísticas oficiais alertarem para altos índices de violência contra as mulheres, o assunto não teve destaque, uma vez que esses acontecimentos praticamente não figuraram como manchete ou em seções de maior importância dos jornais.

A partir da localização das matérias sobre o assunto publicadas, pode-se constatar que 72 (53,7%) ocuparam as zonas primárias¹⁷. O jornal *A Semana* publicou 46 (34,33%) matérias na zona primária; o *Expresso das Ilhas*, 22 (16,42%) e o *A Nação*, apenas 4 (2,99%). Esses números revelam que *A Semana* fez maior exposição (ou deu maior visibilidade) à questão do que os outros dois jornais analisados. Porém, o número de matérias publicadas nas zonas mortas do jornal ultrapassa o de publicações em outras de maior exposição, como o centro ótico, a zona secundária e o

¹⁷ De acordo Silva (1995), a página de um jornal tem seis zonas de visualização: a zona primária (canto superior esquerdo), que é a principal e para onde a visão dos leitores se direciona em primeiro lugar; a zona secundária (canto inferior direito), para onde a visão do leitor se direciona em segundo lugar; as zonas mortas (cantos superior direito e inferior esquerdo), que são destinadas, geralmente, para publicação de matérias de menor importância; e a zona chamada de centro geométrico e centro ótico. O centro geométrico destina-se a artigos que o jornal pretende destacar, por ser onde a visão dos leitores fixa-se por um tempo maior. Isso significa, segundo o autor, que as matérias que se situam na zona primária e no centro ótico são as que gozam de alta exposição, enquanto aquelas que se localizam na zona secundária e no centro geométrico têm exposição média. Já as publicações que se situam nas zonas mortas têm baixa exposição. Por exemplo, a matéria que está no canto superior direito de uma página ímpar tende a chamar mais atenção do leitor do que aquela localizada no canto inferior esquerdo. Daí que costuma ser regra que uma chamada venha posicionada no canto superior direito da página do jornal, porque os editores sabem que a tendência maior é que o receptor olhe primeiramente para essa parte da superfície impressa.

centro geométrico. *A Semana* publicou 25 (18,66%) matérias na zona morta, das quais 8 (5,9%) apareceram no canto superior direito (zona primária) e 17 (12,69%) no canto inferior esquerdo (zona morta). No *Expresso das Ilhas*, as oito (5,98%) matérias foram distribuídas, equitativamente, pelas duas zonas mortas do jornal, ou seja, 4 (2,99%) matérias apareceram no canto superior direito e a mesma quantidade no canto inferior esquerdo. O *A Nação* publicou 3 (2,24%) matérias nas zonas mortas da página do jornal, sendo 1 (0,75%) no canto superior direito e 2 (1,49%) no canto inferior esquerdo.

Como a posição de uma matéria na página, também chamada de Zona Óptica ou Zona de Visualização, permite inferir o grau de visibilidade e importância a ela atribuída (SILVA, 1985), pode-se concluir que *A Nação* foi o jornal que menos dispôs as matérias sobre o assunto em zonas mortas, tendo posicionado as matérias nas zonas de maior visualização - as zonas primária, secundária e centro geométrico. Não obstante ter publicado menor número de matérias sobre violência de gênero contra as mulheres, este dado pode ser interpretado como uma tentativa de chamar a atenção do leitor para o tema. Já os jornais *A Semana* e *Expresso das Ilhas* publicaram os textos sobre violência contra as mulheres nas zonas mortas, o que demonstra que nem sempre estiveram preocupados em chamar a atenção do leitor para o problema no país.

Fazendo outra leitura dos dados, considerando somente as partes superior e inferior da página, pode-se considerar, entretanto, que os três jornais privilegiaram a parte superior para publicar matérias sobre a violência de gênero contra as mulheres. Das 134 matérias publicadas nos três veículos impressos, 95 (70,92%) apareceram na parte superior da página, sendo 62 (46,27%) publicadas no *A Semana*, 27 (20,16%) no *Expresso das Ilhas* e 6 (4,49%) no *A Nação*. A partir dessa leitura, pode-se afirmar que, em certa medida, o tema da violência de gênero contra as mulheres foi tido como relevante pelos editores, visto que quase 80% do total das matérias apareceram na parte superior do jornal, que chama mais atenção do leitor. Em contrapartida, esse esforço em dar alguma visibilidade ao tema pode ter sido frustrado, porque a maioria (58,96%) dos textos foi localizada em páginas pares dos jornais e em pequenas dimensões (notícias e notas - 58,21%), o que compromete a atenção do leitor, que tende a ler primeiro a página ímpar, por ser a primeira que vê quando folheia a publicação. Pode-se dizer também que o tratamento jornalístico do tema tende a ser muito superficial, uma vez que os veículos usaram textos muito sintéticos.

Constatou-se também que mais da metade dos textos foram publicados em páginas pares, em um total de 79 (58,9%), contra

55 (41,0%) em páginas ímpares. O jornal *A Semana* fica à frente no aspecto pouca visibilidade, com 57 (42,54%) publicações em páginas pares, seguido do *Expresso das Ilhas*, com 17 (12,69%) e *A Nação*, com 5 (3,73%). Estudiosos do assunto (SILVA, 1985; COLLARO, 1996; 2005; ROCHA, 2007) explicam que os leitores observam mais notícias nas páginas ímpares e nas páginas iniciais. Por isso, nessas páginas, costumam-se publicar textos sobre assuntos ou temas mais nobres, reservando as páginas pares aos temas menos nobres, ou menos importantes. Portanto, os temas dispostos em páginas ímpares são susceptíveis de maior visibilidade por atraírem mais a atenção dos leitores.

Quanto ao tamanho das matérias, tendo em conta o espaço que ocupam, conferiu-se que no conjunto dos três veículos, as de pequena dimensão ($\frac{1}{4}$ e menos de $\frac{1}{4}$ do espaço da página) predominam. Do total dos textos considerados, 77 (58%), foram classificadas como matérias de pequena dimensão, ficando na primeira posição nesta categoria, o jornal *A Semana*, com 57 (42,53%). Na segunda posição está o *Expresso das Ilhas*, com 17 (12,69%) matérias, e em terceiro lugar, *A Nação*, com apenas 3 (2,24%) matérias de pequena dimensão. Os textos com dimensão média, equivalente a $\frac{1}{2}$ (meia) página, somam um total de 23 (17,2%), sendo 11 (8,21%) veiculados no *Expresso das Ilhas*, 7 (5,22%) no *A Semana* e 5 (3,73%) no *A Nação*. As matérias de grande dimensão ($\frac{3}{4}$ de página, 1 página e maior do que 1 página) correspondem a um total de 34 (25,4%).

Em face desses resultados, e dada à insignificante quantidade de artigos de grande dimensão, pode-se concluir que as matérias publicadas foram, em sua maioria, de pequenas dimensões. Este resultado evidencia que as informações sobre a violência de gênero contra as mulheres, no geral, receberam pouca atenção dos jornais impressos de Cabo Verde. Mesmo quando as matérias apareceram posicionadas em espaços privilegiados, ou nobres, da página do jornal, as informações tendem a ser muito superficiais, sem destaque, aprofundamento ou contextualização.

Quanto aos gêneros dos textos¹⁸, verificou-se uma predominância do informativo sobre o opinativo. Dentre os informativos, as notícias¹⁹ predominaram em todos os jornais, somando um total de 93 (64,4%) matérias, seguidas de 17 (12,7%) notas e de 16 (11,9%) reportagens. O *A Semana* liderou a lista com 6 (47,76%) textos do tipo notícia, 11 (8,21%) notas e 8 (5,97%) reportagens. O *Expresso das Ilhas* aparece em segundo lugar, com 24 (17,91%) notícias 7 (5,22%) reportagens e 5 (3,73%) notas. Na terceira posição está *A Nação*, que publicou 5 (3,73%) notícias, uma (0,75%) nota e uma (0,75%) reportagem, respectivamente. Já os textos do gênero opinativo tiveram pouca expressão nos três jornais, representando um percentual de 5,97%

■
¹⁸ A classificação de gêneros jornalísticos utilizada neste trabalho é a de José Marques de Melo (1994), que os divide em dois tipos: informativos e opinativos.

■
¹⁹ Relato sucinto, sem maior contextualização e sem comentários ou análise.

(8 unidades), todos divulgados em *A Semana*.

Apesar da periodicidade semanal, que pressupõe que deveriam priorizar reportagens com abordagens mais aprofundadas dos temas de relevância social, como a violência contra as mulheres, observou-se nos três jornais um desequilíbrio entre matérias com estilo de reportagem e de notícias. Dentre os textos classificados como informativos, os três veículos publicaram mais notícias e notas do que reportagens, o que evidencia que as informações relacionadas ao tema não foram tratadas com a devida profundidade. Ou seja, o predomínio do gênero notícia, em detrimento de reportagens, revela que os jornais abordaram o tema da violência de gênero contra as mulheres de um modo superficial, de forma mais descritiva e menos analítica.

Ao longo do período estudado, foram poucas as matérias que tiveram continuidade nas edições seguintes. Dos 134 textos analisados, apenas 16 relatos de casos foram retomados em outras edições, sendo 4 deles em *A Nação*, 3 no *Expresso das Ilhas* e 9 no *A Semana*. Entretanto, mesmo que nessa continuidade se possa perceber uma tentativa de conferir maior destaque a alguns acontecimentos sobre a violência de gênero contra as mulheres, possivelmente essa retomada ocorreu por conta de algumas características do acontecimento em si mesmo, como o potencial trágico ou emotivo. Basicamente, o conteúdo dos textos de continuidade faz apenas um relato sobre o desfecho judicial de uma ocorrência, ou seja, condenação ou não do agressor, o que revela uma despreocupação do profissional jornalista em explorar outras dimensões de análise que a problemática da violência contra as mulheres permitiria.

A irrelevância de textos do gênero opinativo permite-nos concluir que houve pouca abertura para a expressão de opiniões - seja de leitores, de colunistas ou colaboradores sobre a questão da violência contra as mulheres. Da parte dos leitores, transparece uma espécie de passividade. E os chamados formadores de opinião, que poderiam disputar o espaço privilegiado da mídia para pautar o tema e refletir sobre ele, também não o fazem. Não se registrou nenhum movimento de contra-agendamento, ou seja, não se identificou nenhuma estratégia dos vários segmentos da sociedade visando à introdução do tema da violência contra as mulheres na pauta dos jornais de Cabo Verde.

4 Considerações finais

Analisando-se de forma global os dados coletados durante a pesquisa, pode-se concluir que a qualidade da cobertura jornalística sobre a violência contra as mulheres nos jornais de Cabo Verde revelou-se precária e desproporcional à gravidade do problema, na medida em que os conteúdos publicados carecem de contextualização e problematização que permitam correlacionar casos, refletir sobre números, criticar práticas, cobrar e fiscalizar a aplicação de medidas públicas e legislativas do Estado e de outros agentes com responsabilidade na matéria. A preocupação em prestar um serviço público, como informar sobre locais de denúncia e apoio às vítimas, por exemplo, praticamente não tem espaço nas notícias divulgadas em *A Semana*, *Expresso das Ilhas* e *A Nação*. Desse modo, os jornais pouco contribuem para o agendamento do tema e para o efetivo conhecimento dos vários aspectos desse grave problema social evidenciado por todos os dados apresentados na primeira seção deste texto.

A fraca visibilidade do tema na imprensa jornalística cabo-verdiana não apenas oculta práticas sedimentadas na cultura, reproduzida historicamente, de assujeitamento da mulher à dominação masculina, situação amplamente conhecida nas ciências sociais, graças, principalmente, aos trabalhos desenvolvidos no âmbito dos estudos feministas. A questão se agrava à medida que o jornalismo, tomado como prática social, também é um dispositivo pedagógico (FISCHER, 1997; VEIGA, 2010), isto é, constitui uma forma que, ao fazer uma representação da realidade, “ensina” a como ser homem e a como ser mulher e, dessa forma, integra-se ao conjunto das instituições que contribuem para a reprodução de desigualdades sociais. Pesquisa realizada no Brasil entre 2008 e 2009 explica esse processo mais detalhadamente²⁰. Através de etnografia realizada numa redação jornalística, Veiga (2010) reúne informações que lhe permitem sustentar que também o jornalismo é masculino. Uma síntese pode ser conferida em trecho deste artigo:

O fato de os profissionais estarem constituídos por gênero (e também por classe, geração, raça) tem ingerência direta nos modos de produção das notícias, nas relações hierárquicas, de poder e de prestígio entre eles, bem como as próprias notícias são discursos produzidos com bases em concepções de gênero, e também por esses atributos são valoradas e hierarquizadas. Das imbricações das concepções de gênero e poder que se estabelecem no âmbito das produções noticiosas, as notícias – como conhecimentos sociais – acabam refletindo as convenções sociais hegemônicas por sua relação direta com as instâncias de poder e de saber, bem como das influências diretas da cultura nos sujeitos produtores de notícias (VEIGA; FONSECA, 1998).

Os dados que emergem da Análise de Conteúdo dos três principais jornais de Cabo Verde parecem confirmar a hipótese acima mencionada. Com isso se pretende dizer que, além de não

²⁰ Dissertação Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias, de Márcia Veiga da Silva, levada à defesa no PPGCOM da UFRGS em 2010.

contribuírem para o agendamento do problema da violência contra as mulheres, constituem também eles dispositivos pedagógicos que reforçam relações assimétricas de poder entre os gêneros.

Media coverage on the violence against women among Cabo Verde's newspapers

ABSTRACT

Presents some of the main results of a research carried out in 2011 to analyse the presentation that the most important newspapers in Cabo Verde give to the violence against women in the first decade of this century. To start with, the article analyses gender violence in the context of that country. Next, it presents some data obtained through the analysis of the articles produced by the three most important nationwide newspapers - A Semana, Expresso das Ilhas and A Nação. Eventually, it studies the coverage offered by the Cabo Verde's press to such grave social problem.

KEYWORDS: Gender violence. Violence against women. Journalism.

Referências

ALVARENGA, João Silvestre. **A Violência doméstica contra universitárias em Cabo Verde**. Cabo Verde, mar 2011. Estudo apresentado no Fórum Internacional sobre Segurança Pública.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.

CABO VERDE. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. INSTITUTO CABOVERDIANO PARA A IGUALDADE E EQUIDADE DE GÊNERO. **Plano Nacional de Combate à Violência Baseada no Gênero (PNACVBG)**. Cabo Verde, Praia, 2006. Disponível em: <<http://webapps01.un.org/vawdatabase/uploads/Cape%20Verde%20-%20Plano%20Nacional%20de%20Combate%20a%20violencia%20baseada%20no%20genero.pdf>> <http://webapps01.un.org/vawdatabase/uploads/Cape%20Verde%20-%20Plano%20Nacional%20de%20Combate%20a%20violencia%20baseada%20no%20genero.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2012.

COLLARO, Antonio Celso. **Produção visual e gráfica**. São Paulo: Summus, 2005.

_____. **Projeto gráfico: teoria e prática da diagramação**. 3 ed. São Paulo: Summus, 1996.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. O Estatuto pedagógico da mídia: questões de análise. **Revista Educação & Realidade: Cultura, Mídia e Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 59-79, jul/dez, 1997.

INSTITUTO CABOVERDIANO DE IGUALDADE E EQUIDADE DE GÊNERO (ICIEG). **Homens e mulheres em Cabo Verde: factos e números**. Praia, 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Relatório de resultados preliminares do Recenseamento Geral da População e Habitação**. Cabo Verde, Praia, 2010. Disponível em: <<http://www.ine.cv/actualise/destaques/files/RELATORIO%20RESULTADOS%20PRELIMINARES%20RGPH%202010%20final.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. MINISTÉRIO DA SAÚDE. MACRO INTERNATIONAL.

Segundo Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva (IDSR-II), 2005. Calverton, Maryland, USA, 2008.

MELO, José Marques de. **A Opinião no jornalismo brasileiro.** Petrópolis: Vozes, 1994.

OSÓRIO, Victor Adolfo de Pinto. **Vencendo barreiras.** Praia: ICF, 1999.

ROCHA, Jose Antonio. **Zonas de visualização da página impressa.** 2007. Disponível em: <<http://meiradarocha.jor.br/news/2007/08/10/zonas-de-visualizacao-da-pagina-impressa/>> Acesso em: 15 set. 2011.

ROSABAL, Maritza. As Faces in (visíveis) da violência de gênero. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL “AS MULHERES EM CABO VERDE”: experiências e perspectivas, 2010, Praia. [Anais...] Praia: Universidade de Cabo Verde, nov. 2010.

SALÚSTIO, Dina. **Violência contra as mulheres.** Praia: Instituto da Condição Feminina, 1999.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, Rafael Souza. **Diagramação:** o planejamento visual gráfico na comunicação impressa. São Paulo: Summus, 1985.

VEIGA, Márcia. **Masculino, o gênero do jornalismo:** um estudo sobre os modos de produção das notícias. 2010. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) -- Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

VEIGA, Márcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. A Contribuição do jornalismo para a reprodução de desigualdades: um estudo etnográfico sobre a produção de notícias. **Verso e Reverso**, São Leopoldo, v. 25, n. 60, 1998. Disponível em: < <http://www.unisinos.br/revistas/index.php/versoereverso/issue/view/244> >. Acesso em: 02 dez. 2012.

Isis Cleide da Cunha Fernandes

*Docente na Universidade de Santiago (Cabo Verde)
Mestre em Comunicação e Informação pelo
Programa de Pós-Graduação em Comunicação
e Informação da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul (PPGCom/UFRGS).
E-mail: isisfernandes78@hotmail.com*

Virginia Pradelina da Silveira Fonseca

*Doutora em Comunicação e Informação pelo
Programa de Pós-Graduação em Comunicação
e Informação da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul (PPGCom/UFRGS).
Professora do Programa de Pós-Graduação em
Comunicação e Informação da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul (PPGCom/
UFRGS).
E-mail: virginia@ufrgs.br*

Recebido em: 20/11/2012

Aceito em: 03/12/2012